



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BEATRIZ GALLARDO CALDERON

**Análise geográfica da votação de Erika Hilton nas eleições de 2020 e 2022 em São Paulo
(SP)**

**Geographic analysis of Erika Hilton's vote in the 2020 and 2022 elections in São Paulo
(SP)**

São Paulo

2022

BEATRIZ GALLARDO CALDERON

**Análise geográfica da votação de Erika Hilton nas eleições de 2020 e 2022 em São Paulo
(SP)**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C146a Calderon, Beatriz Gallardo
Análise geográfica da votação de Erika Hilton nas eleições de 2020 e 2022 em São Paulo (SP) / Beatriz Gallardo Calderon; orientador Wagner Costa Ribeiro - São Paulo, 2022.
51 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Eleições. 2. Território. 3. 2020. 4. 2022. I. Costa Ribeiro, Wagner, orient. II. Título.

CALDERON, Beatriz Gallardo. **Análise geográfica da votação de Erika Hilton nas eleições de 2020 e 2022 em São Paulo (SP).** Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus companheiros, com quem compartilho tantos sonhos e tarefas, à minha família, por todo afeto e inspiração, e ao Movimento Esquerda Socialista, onde tenho a consciência de participar da construção de outro futuro.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro e demais docentes do Departamento de Geografia, por toda ajuda e paciência, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Ao Departamento de Geografia e à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, nos quais fui imensamente feliz e tanto aprendi.

Aos meus pais, Tatiana e Sergio, meus avós Maria Elena e Sergio, e minha irmã Gabriela. Ser a primeira da família a se graduar em uma Universidade pública tem um significado imenso.

“Eu tenho a paixão das causas difíceis, quase perdidas, quase desesperadas. É toda a diferença entre a falésia, confortavelmente sentada, contente de seu lugar, arrogante, condescendente consigo mesma, e a onda, que reflui, se retira, sem esquecer jamais de voltar à carga. Tu sabes quem, entre a falésia e a onda do mar, tem a última palavra?”

(Daniel Bensaïd)

RESUMO

CALDERON, Beatriz Gallardo. **Análise geográfica da votação de Erika Hilton nas eleições de 2020 e 2022 em São Paulo (SP)**. 2022. 51 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Erika Hilton (PSOL), com seus mais de 50 mil votos, foi a mulher mais votada do Brasil nas eleições de 2020. O objetivo central desse trabalho é analisar, com base nos critérios de classe, raça, gênero, sexualidade e idade, a votação da hoje Deputada Federal eleita. Propõe-se, então, obter uma síntese partindo do recorte territorial das zonas eleitorais da Bela Vista e Guaianases, nas quais Erika Hilton foi, respectivamente, mais e menos votada. Sob essa ótica, busca-se compreender a territorialidade da votação de Erika Hilton. Essa síntese baseia-se em um vasto arcabouço teórico, na obtenção e sistematização de dados oficiais referentes aos critérios estabelecidos, assim como também na produção de tabelas quando necessário. Conforme a realidade torna-se mais complexa, é necessária uma atualização da Geografia Eleitoral. Com essa pesquisa, busca-se contribuir de alguma maneira para esse debate.

Palavras-chave: Eleições. Território. 2020.

ABSTRACT

CALDERON, Beatriz Gallardo. **Geographic analysis of Erika Hilton's vote in the 2020 and 2022 elections in São Paulo (SP)**. 2022. 51 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Erika Hilton (PSOL), with more than 50,000 votes, was the most voted woman in Brazil in the 2020 elections. It is proposed, therefore, to obtain a synthesis starting from the territorial cut of the electoral zones of Bela Vista and Guaianases, where Erika Hilton was, respectively, more and less voted. From this perspective, we seek to understand the territoriality of Erika Hilton's votes. This synthesis is based on a vast theoretical framework, on obtaining and systematizing official data regarding the established criteria, as well as on the production of charts when necessary. As reality becomes more complex, an update of Electoral Geography is necessary. This research seek to contribute in some way to that debate.

Keywords: Elections. Territory. 2020.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TSE	Tribunal Superior Eleitoral
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer
Trans	Transexual
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
CEPESP	Centro de Estudos em Política e Economia do Setor Público
Sinpro	Sindicato dos Professores de São Paulo
BBC	British Broadcasting Corporation
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PL	Partido Liberal
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
UP	Unidade Popular
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
OXFAM	Oxford Committee for Famine Reliefe
FAO	Food and Agriculture Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA	14
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
3.1 Candidaturas Progressistas e a Política Brasileira	16
3.2 Redes Sociais e Eleições	18
3.4 LGBTQIA+ na Política Brasileira.....	20
3.4 Mulheres na Política Brasileira	23
3.5 Negritude na Política Brasileira	27
3.6 Erika Hilton.....	30
4. ANÁLISE GEOGRÁFICA DA VOTAÇÃO DE ERIKA HILTON	31
4.1 O Contexto Social de Vizinhança.....	31
4.2 Município de São Paulo.....	34
4.2.1 Bela Vista	36
4.2.2 Guaianases	38
4.3 Eleições e a Pandemia.....	40
4.4 Análise Geográfica de Votos	42
4.4.1 Votação de Erika Hilton	42
4.4.2 LGBTQIA+ na política	43
4.4.3 Mulheres na política	44
4.4.4 Negritude na política	45
4.4.5 Indicadores territoriais	46
5. CONCLUSÃO	47
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

Erika Hilton é uma mulher transexual, negra e periférica. Seu perfil é bastante diferente do que estamos acostumados a encontrar na política brasileira. Em 2022, segundo o TSE¹, dos 57,8 mil vereadores eleitos, apenas 9 mil são mulheres negras (16% do total). O número de pessoas transexuais eleitas também é historicamente baixo. Em 2016, eram 8 os vereadores transexuais eleitos no Brasil. Já em 2020 esse número cresceu 275%, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais.²

Enquanto mulher mais votada do Brasil, Erika Hilton nos faz refletir sobre o papel que negros, mulheres e LGBTQIA+ cumprem na política atual. Compreender a territorialidade de sua votação é importante para que possamos avançar enquanto sociedade. É importante justamente por ser tão controverso: uma mulher trans foi a mais votada no país que mais mata pessoas transexuais no mundo.³ Como essas duas situações podem coexistir? Debruçar- nos sobre essa questão também é um dos objetivos deste trabalho.

Já bastante distante de sua origem francesa, a Geografia Eleitoral contemporânea busca não apenas relacionar mapas e dados estatísticos, mas também entender o motivo pelo qual determinados partidos, candidatos e, no limite, ideias, recebem maior apoio em determinadas regiões. A resposta para essa pergunta depende de diversos fatores, e, numa realidade complexa como a que vivemos, as respostas tampouco são simples.

Esta pesquisa parte de uma abordagem contextualista, e por isso assume enquanto pressuposto que a política não pode ser entendida fora de seu contexto. Esse trabalho também percebe a Geografia Eleitoral por meio da Geografia Política, a primeira enquanto instrumento de análise da segunda. Foi necessário fazer alguns recortes para essa análise. O primeiro deles é a candidatura da, hoje Deputada Federal eleita, Erika Hilton (PSOL), que recebeu mais de 50 mil votos em 2020, sendo a mulher mais votada do Brasil naquelas eleições.

¹ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/>>

² Disponível em: <<https://antrabrazil.org/eleicoes2020/>>

³ Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf/>>

Já o segundo recorte realizado é espacial: as zonas eleitorais da Bela Vista e de Guaianases, onde Erika Hilton foi, respectivamente, mais e menos votada. Para além dos recortes já colocados, os critérios de classe, raça, gênero, sexualidade e idade servem enquanto guias para compreender a territorialidade da votação de Erika Hilton.

Ao observar os mapas dos resultados eleitorais das últimas eleições, podemos pensar que existem regiões que votam majoritariamente em um determinado perfil de candidato. Porém, a realidade mostra-se muito mais complexa. Fatores como a escala de análise, por exemplo, influenciam diretamente nos resultados obtidos. Quando analisamos as zonas eleitorais individualmente, podemos notar diferenças significativas nos padrões de votação.

A votação de Erika Hilton nas eleições municipais de 2020 deu-se de maneira bastante pulverizada. Também cabe perceber que, conforme colocado por Faganello em seu artigo (2017), embora alguns candidatos possuam perfis e bandeiras semelhantes, suas características eleitorais são distintas. A votação de cada candidato segue padrões próprios, pautados em aspectos específicos de cada campanha.

A periferia, portanto, mostra-se muito mais complexa. No primeiro turno das eleições de 2020, por exemplo, candidatos de direita tiveram um percentual mais alto de votos em regiões periféricas. É onde concentraram-se, por exemplo, os votos para Celso Russomanno, candidato abertamente apoiado por Jair Bolsonaro (PSL) para a prefeitura nas eleições de 2020. Já o candidato Guilherme Boulos (PSOL, mesmo partido de Erika Hilton), diferentemente de Fernando Haddad (PT) em 2018, teve uma votação muito expressiva em regiões como Campo Limpo e Capão Redondo, onde mora, tanto no primeiro como no segundo turno de 2020, conforme Rolnik, analisa em seu artigo (2020).

Dentre os aspectos específicos de cada eleição, a de 2020 é profundamente marcada pela pandemia de coronavírus. E não poderia ser diferente: panfletagens em massa, comícios eleitorais e grandes eventos no geral estavam fora da jogada. Assim, as redes sociais tiveram papel fundamental na disputa, potencializando inclusive o efeito das mídias sociais nas campanhas eleitorais, que pode ser observado desde as eleições de 2016. Tal fator também contribuiu para a alteração de perfil observada nos nomes eleitos.

Em seu artigo de 2018, Zolnerkevic também aborda a questão das redes sociais. Para o autor, diferentemente do contexto social (estruturalmente imposto), as redes sociais seriam

fruto de uma construção coletiva de seus membros. Por esse motivo, considerar a dinâmica das redes sociais também importa para que possamos compreender a territorialidade do voto.

Nessa pesquisa, portanto, foram considerados todos os fatores elencados acima, buscando-se obter uma síntese a respeito da votação de Erika Hilton nas eleições de 2020, observando de que maneira os critérios estabelecidos relacionam-se com o padrão dos votos da hoje Deputada Federal eleita nas eleições municipais de 2020.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo produzir, por meio da análise de dados disponibilizados por órgãos competentes e de um qualificado arcabouço teórico, um estudo sobre a distribuição (e os padrões nela encontrados) da votação da, hoje Deputada Federal eleita, Erika Hilton (PSOL). Dessa maneira, a pesquisa busca associar determinados fatores normativos e políticos (classe, raça, gênero, sexualidade e idade) aos padrões de votação observado na cidade de São Paulo nas eleições municipais de 2020.

Como arcabouço teórico, essa pesquisa faz uso de teses e artigos produzidos por acadêmicos estudiosos da Geografia Eleitoral. Juntamente com a seleção, leitura e exercício de síntese do arcabouço teórico utilizado, a análise baseia-se na comparação entre dados referentes a votação obtida pela hoje Deputada eleita nos distritos eleitorais da capital paulista (com destaque para Bela Vista e Guaianases, zonas eleitorais onde ela foi, respectivamente, mais e menos votada) e dados estatísticos oficiais referentes aos critérios de análise estabelecidos.

Para além do levantamento bibliográfico realizado, também foi necessário o levantamento e sistematização de dados oficiais referentes a votação das eleições municipais, assim como o levantamento e sistematização de dados referentes aos critérios estabelecidos para análise. Justamente por isso, durante o trabalho de pesquisa também foram elaboradas tabelas com este fim.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esse trabalho contou com a análise de um amplo arcabouço teórico, composto por artigos, teses e dissertações de estudiosos da Geografia, buscando obter uma síntese sobre a territorialidade da votação da, hoje Deputada Federal eleita, Erika Hilton (PSOL) nas eleições municipais de 2020. A “Geografia do voto”, como chamada pelos autores Avelino, Phillips e Ramos (2020), pesquisadores do CEPESP, é parte fundamental do planejamento das campanhas políticas, pois colabora para compreensão da distribuição espacial dos votos.

Campanhas eleitorais são, portanto, territorialmente orientadas. Os partidos determinam critérios para verificar em que lugar a campanha de determinado candidato será mais efetiva, convertendo-se em um maior número de votos concretos. Na política brasileira, segundo Avelino, Phillips e Ramos (2020), podemos identificar dois tipos principais de candidatos quando pensamos na territorialidade do voto. O primeiro deles é o candidato “de reduto”, cuja atuação está fortemente ligada a determinada região da cidade.

Um exemplo desse tipo de candidato é o Deputado Estadual Carlos Giannazi, (PSOL, mesmo partido de Erika Hilton). Professor, Giannazi concentra seus votos na Zona Sul de São Paulo, região próxima à escola na qual o deputado costumava lecionar. O Sinpro, sindicato dos professores de São Paulo, onde o deputado sempre atuou, também está localizado nessa região.

O segundo perfil de candidato que podemos identificar segundo os autores são os chamados “candidatos de opinião”, que possuem uma distribuição de votos mais dispersa pelo território. Esses candidatos expressam opiniões que dialogam com eleitores independentemente do local de moradia. Critérios como classe, raça, gênero, sexualidade e idade, utilizados como recorte nesse trabalho, são parte importante da identificação dos eleitores com esse perfil de candidato.

Erika Hilton é um exemplo desse perfil. Sua votação deu-se de maneira bastante dispersa pela cidade de São Paulo. A identificação baseada nos critérios de classe, raça, gênero, sexualidade e idade explicam parte do fenômeno que foi a votação da hoje Deputada Federal eleita.

Para Cervi e Neves (2019), é necessário tratar esse tema com base em uma perspectiva agregada. Isto é, considerar o município enquanto unidade de análise, incorporando fatores externos a política partidária em si, como variáveis socioeconômicas e critérios de análise como raça, gênero, sexualidade e idade, por exemplo. Nesse trabalho, também buscaremos seguir esse caminho para compreender o desempenho de Erika Hilton nas eleições municipais de 2020.

3.1 Candidaturas Progressistas e a Política Brasileira

Mesmo que não caibam análises e reduções simplistas nesse tema tão complexo, certos fatores definitivamente fazem parte do pacote que explica a votação estrondosa de Erika Hilton nas eleições municipais de 2020. Para além dos elementos já abordados nesse trabalho, como a identificação dos eleitores com a candidata com base nos critérios de classe, raça, gênero, sexualidade e idade, também é possível identificar nas últimas disputas a eleição de candidaturas progressistas, que também explicam a votação da hoje Deputada Federal eleita.

Segundo André Singer (2012), o crescimento da ideologia conservadora na sociedade, identificado pelo pesquisador desde 2010, não encontrava expressão na política institucional. Com o realinhamento da política partidária, a onda conservadora encontrou sua identificação e válvula de escape com o bolsonarismo. Ao mesmo tempo, podemos perceber um grande crescimento de partidos da nova esquerda, como o próprio PSOL, e o aumento das candidaturas progressistas eleitas nas eleições municipais de 2020 e nas eleições de 2022, também enquanto resposta às novas expressões do conservadorismo brasileiro.

É muito significativa a tendência de crescimento que identificamos entre PSOL e PSL, partidos que representam, respectivamente, o aumento das candidaturas progressistas eleitas e as novas expressões do conservadorismo na política partidária brasileira. Em 2020, o PSOL triplicou o número de vereadores eleitos e tornou-se a terceira maior bancada da câmara legislativa do município de São Paulo.⁴ Por sua vez, o PSL, então partido de Bolsonaro, foi o

⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/11/16/psol-triplica-no-de-vereadores-eleitos-e-se-torna-a-terceira-maior-bancada-na-camara-de-sp-ao-lado-do-dem-pt-e-psdb-seguem-lideres.ghtml>>

partido brasileiro que mais cresceu em número de filiados durante a janela partidária anterior à eleição municipal.⁵

A forte polarização política no país não é de hoje. Junho de 2013 foi um marco importante nesse sentido, assim como o golpe parlamentar de 2015. Em 2018, o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes simbolizam uma onda de violência política, de raça e de gênero que atinge todo o país.

O ano de 2022 também esteve permeado por todos esses elementos. A disputa política Lula x Bolsonaro foi dura e mergulhou o país em um cenário de tensão, com inúmeros registros de violência política dos mais variados tipos. O resultado dessas eleições, embora apertado, nos mostra muitas coisas. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva representa, mais do que a eleição de candidatos progressistas, uma aposta por parte do eleitorado em um projeto comprometido com a manutenção da democracia.

Em uma eleição que foi praticamente plebiscitária, na qual, preservando as diferenças, setores variados da sociedade formaram uma aliança tática com o objetivo de garantir a eleição de Lula, observamos uma maioria social que rechaçou Bolsonaro e o bolsonarismo nas urnas. Vitória difícil, com uma margem de menos de 2% de diferença, representa a maior polarização vivida pelo país desde a redemocratização. Foi a primeira vez na história na qual um presidente em exercício não conseguiu se reeleger.

Dentre os muitos fatores que explicam a vitória de Lula nessas eleições, podemos citar a resistência organizada por parte de setores democráticos, como as mulheres e a juventude, por exemplo, ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro, a divisão da burguesia, que expressa a também a divisão da sociedade, o apoio importante de um setor internacional, como o Partido Democrata e Biden, por exemplo, e o peso da liderança de Lula, que se consolidou enquanto única figura capaz de derrotar Bolsonaro.

A consolidação da figura de Lula parte do acúmulo de sua trajetória enquanto principal líder operário do país e da identificação popular que ele é capaz de estabelecer. A vitória no Nordeste e em importantes centros urbanos, como São Paulo e Porto Alegre também foram fundamentais para esse resultado.

⁵ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/911504-pl-desponta-como-maior-bancada-da-camara-seguido-pela-federacao-liderada-pelo-pt/>>

Ainda sim, a existe uma extrema direita, forte no país. A ultradireita não foi esmagada, e Bolsonaro teve uma votação expressiva. O bolsonarismo enquanto válvula de escape da onda conservadora brasileira elegeu uma bancada parlamentar bastante relevante, mantendo também uma base social sólida. Bolsonaro foi um fenômeno, fruto de uma política outsider, da articulação crescente da extrema direita mundial e do golpe parlamentar articulado por parte de um setor da burguesia durante uma crise política e econômica.

A polarização política, portanto, segue latente e escancara contradições que se desdobram em meio à uma grave crise social e econômica no país. Embora derrotada nas urnas, a extrema direita e o bolsonarismo contam com 14 governos estaduais eleitos, para além de ampla representação no parlamento, tanto no Senado quanto no Congresso. O terreno das ruas ainda está em disputa. Bolsonaro teve mais votos do que quando eleito em 2018. Conta com apoio de parte reacionária da burguesia, que apoiou, por exemplo, o bloqueio de estradas pelo país após a derrota eleitoral.

3.2 Redes Sociais e Eleições

O aumento da importância das redes sociais na política pode ser observado ao longo dos últimos anos, com mais força desde as eleições de 2016. Dados coletados por empresas como Twitter, Facebook e Google, por exemplo, teriam sido usados na campanha política de Donald Trump⁶ nas eleições daquele ano. Esses dados, que determinam demandas geograficamente localizadas da população, beneficiam candidatos e partidos no planejamento de sua estratégia eleitoral, servindo para identificar em qual região o esforço concentrado poderá reverter-se em um maior número de votos concretos.

As redes sociais ocupam cada vez mais o papel de “lugar”, cumprindo a função de espaço de interação entre as pessoas, que anteriormente já foi ocupado por espaços físicos de convivência. Complexificam, portanto, as conexões entre comportamento político e contexto social. Isso se dá pelo encurtamento na prática da distância geográfica, já que com as redes sociais, as conexões entre os indivíduos podem ser estabelecidas mesmo com estes

⁶ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751/>>

localizados em locais espacialmente distantes entre si. Dessa forma, a análise da interpretação das informações recebidas é muito útil para traçar estratégias eleitorais.

Portanto, considerando as redes sociais enquanto um “lugar”, faz-se necessário refletir sobre a relação das redes sociais e de comunicação nos critérios de análise estabelecidos para essa pesquisa, principalmente no recorte territorial, já que este também é perpassado pela influência das redes sociais virtuais. Cabe analisar de que maneira residentes de um mesmo espaço, e aqui nos referimos aos distritos eleitorais da Bela Vista e de Guaianases como exemplo, tanto dividem entre si elementos de composição social, já explorados anteriormente, mas também influenciam e são influenciados politicamente com base na relação direta ou indireta com os seus vizinhos, nas redes sociais ou apenas analisando a situação econômica e social atual de sua região.

Segundo Zolnerkevic (2018), diferentemente do contexto social, estruturalmente imposto, as redes sociais virtuais são coletivamente construídas por seus usuários, dificultando a exposição a informações contrárias à sua opinião pessoal inicial. Assim, as pessoas optariam por participar de redes e conexões relativamente homogêneas, evitando dessa maneira o conflito e o desacordo. Contudo, o elemento da escala precisa ser considerado. Quanto mais amplas espacialmente são as redes estabelecidas, algo que se torna bastante frequente quando consideramos redes sociais virtuais globais como o Twitter ou o Facebook, por exemplo, maior é a probabilidade de existirem dentro delas informações e opiniões divergentes.

Dessa forma, segundo o autor, embora as redes sociais virtuais também sejam moldadas por seus usuários, quando o elemento da escala geográfica entra em cena, forjado pela própria dinâmica de funcionamento das redes sociais em si, aumenta a probabilidade de uma maior ambivalência nas opiniões, causada pelo maior contato com informações e opiniões divergentes. Redes mais homogêneas, com maior influência do comportamento de seu usuário na sua constituição, como é o WhatsApp, por exemplo, tendem a ser mais polarizadas, já que o contato com o divergente é consideravelmente menor.

Para o geógrafo Kevin Cox (2018 apud Zolnerkevic), pioneiro na identificação e análise desse tipo de padrão, a causalidade entre a relação do comportamento político e do contexto social, denominada por ele “ambiente social”, pode ser entendida enquanto uma espécie de rede por meio da qual recebemos (indivíduos, mídia, igrejas, organizações

comunitárias, dentre outros), informações políticas e as difundimos pelo espaço, modificando-as ou não. Segundo o autor, portanto, esse seria um processo bastante complexo.

A circulação das informações políticas através das redes depende de uma série de fatores, dentre eles qual é a origem inicial da informação, qual o contexto social no qual o receptor está inserido e qual é a circunstância da relação estabelecida entre os dois polos. Ainda sim, é possível observar um padrão no qual o indivíduo é mais influenciado por opiniões e informações políticas mais próximas as dele. Isso se dá tanto em um contexto de proximidade geográfica (distância espacial) quanto de proximidade social (família e amigos, por exemplo). Esse padrão pode ser aplicado tanto nas redes sociais virtuais quanto nas relações observadas no recorte territorial real.

3.3 LGBTQIA+ na Política Brasileira

O TSE não coleta dados referentes à orientação sexual e identidade de gênero dos candidatos. Por esse motivo, todos os levantamentos de dados já realizados sobre o assunto foram feitos pela sociedade civil e organizações LGBTQIA+ (como a ANTRA e a Aliança Nacional LGBTI+, por exemplo) e não existem dados oficiais sobre o assunto. A coleta desse tipo de informação é uma demanda histórica do movimento LGBTQIA+, já que o levantamento de dados é fundamental para elaboração de políticas públicas visando reduzir as desigualdades e violências contra pessoas LGBTQIA+.

Todos os dados utilizados aqui, portanto, foram levantados por organizações LGBTQIA+, com base, principalmente, na autodeclaração dos candidatos ou partidos. Esses dados passam por um longo trabalho de recolhimento e sistematização, que recai sobre essas organizações por falha do poder público. Ainda sim, a existência deles é de extrema importância. No caso de pessoas transexuais, por exemplo, não são apenas os dados eleitorais que não estão disponíveis. Existe um problema muito sério de coleta de dados referentes à essa população no Brasil.

Nas eleições municipais de 2020, segundo levantamento realizado pela organização GayBlog,⁷ foram registradas 54 candidaturas LGBTQIA+ no estado de São Paulo para vereador ou vereadora, com 3 dessas sendo candidaturas coletivas compostas por, ao menos, 1 pessoa LGBTQIA+. O total de candidaturas aptas para esse cargo no estado é de 88.315 segundo o site oficial do TSE. Ainda segundo a GayBlog, foram 14 LGBTQIA+ eleitos prefeitos ou vereadores pelo estado de São Paulo nas eleições de 2020.⁸

Mais especificamente na cidade de São Paulo, segundo o mapeamento realizado pela GayBlog, foram registradas 23 candidaturas LGBTQIA+ nas eleições de 2020 para vereador ou vereadora, com 2 delas sendo candidaturas coletivas compostas por, ao menos, 1 pessoa LGBTQIA+. O total de candidaturas aptas para esse cargo na cidade é de 2.002 de acordo com dados oficiais do TSE. Dessas, foram 6 as candidaturas LGBTQIA+ eleitas.⁹ Das 14 candidaturas registradas para prefeitura, nenhuma delas é LGBTQIA+.

Antes de 2016, o único Vereador abertamente LGBTQIA+ era Fernando Holiday (Patriotas). Das candidaturas LGBTQIA+ eleitas no município em 2020, 4 estão alinhadas ao campo da esquerda progressista. São as candidaturas de Erika Hilton (PSOL), Luana Alves (PSOL), e as candidaturas coletivas da Bancada Feminista (PSOL) e do Quilombo Periférico (PSOL), compostas por, ao menos, 1 pessoa LGBTQIA+.

As outras 2 candidaturas LGBTQIA+ eleitas na cidade de São Paulo em 2020 estão alinhadas ao campo conservador. São as candidaturas de Thammy Miranda (PL) e Fernando Holiday (Patriotas). Percebemos, portanto, que recortes como os que estabelecemos enquanto critérios de análise para essa pesquisa (classe, raça, gênero, sexualidade e idade) combinam-se entre si e misturam-se ao critério de alinhamento ideológico, que também deve ser considerado para uma análise mais precisa.

Observando o cenário nacional, nas eleições de 2020, de acordo com o levantamento realizado pela Aliança LGBTI+,¹⁰ foram 48 as candidaturas LGBTQIA+ eleitas. Foram 435 candidaturas LGBTQIA+,¹¹ das 530.416 candidaturas aptas totais registradas no TSE. Das candidaturas LGBTQIA+ registradas, 425 são para o cargo de vereador e as outras 10 para

⁷ Disponível em: <<https://gay.blog.br/politica/lista-de-candidatos-lgbtqia-nas-eleicoes-2020-veredores-e-prefeitos/>>

⁸ Disponível em: <<https://gay.blog.br/politica/108-lgbts-foram-eleitos-prefeitos-ou-veredores-em-2020/>>

⁹ Disponível em: <<https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/resistencia-lgbti-de-onde-vieram-os-votos/>>

¹⁰ Disponível em: <<https://aliancagbti.org.br/voto-com-orgulho-resultados/>>

¹¹ Disponível em: <<https://exame.com/brasil/brasil-tem-recorde-de-pre-candidatos-lgbt-as-eleicoes-2020/>>

prefeitura. O partido com o maior número de LGBTQIA+ eleitos nas eleições de 2020 foi o PSOL, com 20 candidaturas.¹²

No ano de 2022, com base no relatório disponibilizado pela organização VOTELGBT¹³, foram 7 as candidaturas LGBTQIA+ eleitas no estado de São Paulo, das 54 candidaturas compostas por, ao menos, 1 pessoa LGBTQIA+ mapeadas pelo levantamento da GayBlog.¹⁴ Destas, 34 candidaturas, são para o cargo de Deputado Estadual e 20 para o cargo de Deputado Federal.

Para Federal, Erika Hilton (PSOL) foi eleita. As candidaturas de Deputados Estaduais eleitas são Guilherme Cortez (PSOL), Ediane Maria (PSOL), Leci Brandão (PCdoB), Thainara Faria (PT), e as candidaturas coletivas do Movimento Pretas (PSOL) e da Bancada Feminista (PSOL), que contam com pelo menos uma pessoa LGBTQIA+ em sua composição. Todas as candidaturas eleitas estão alinhadas ao campo da esquerda progressista.

Nacionalmente, foram 18 as candidaturas LGBTQIA+ eleitas em 2022, de acordo com o levantamento realizado pela VOTELGBT. Dessas candidaturas, 16 são de mulheres, 14 de pessoas negras e 5 são trans. Foram 214 candidaturas LGBTQIA+¹⁵, das 26.507 candidaturas aptas totais registradas no TSE, ainda de acordo com a VoteLGBT. O partido com o maior número de LGBTQIA+ eleitos nas eleições de 2022 foi o PSOL, com 9 candidaturas, pelo mesmo levantamento.

A ANTRA é a principal organização que realiza o levantamento de dados referentes à transexuais no Brasil. Por meio do relatório realizado pela organização, foi possível identificar 294 candidaturas trans pelo Brasil nas eleições de 2020¹⁶, sendo 269 de travestis e mulheres trans, 19 de homens trans e 12 de candidatas com outras identidades trans. Já em 2022,¹⁷ foram 79 candidaturas trans mapeadas, sendo 70 de travestis e mulheres trans, 5 de homens trans e 4 de candidatas com outras identidades trans.

¹² Disponível em: <<https://gay.blog.br/politica/108-lgbts-foram-eleitos-prefeitos-ou-veredores-em-2020/>>

¹³ Disponível em: <<https://votelgbt.org/2022/>>

¹⁴ Disponível em: <<https://gay.blog.br/politica/lista-de-candidatos-lgbtq-nas-eleicoes-2022-deputados-senadores-governadores/>>

¹⁵ Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/eleicoes-2022-candidaturas-lgbt-batem-recorde-mas-representam-menos-de-1/>>

¹⁶ Disponível em: <<https://antrabrazil.org/eleicoes2020/>>

¹⁷ Disponível em: <<https://antrabrazil.org/eleicoes2022/>>

Com base nos levantamentos realizados pela ANTRA,¹⁸ percebe-se um aumento considerável no número de transexuais na política. De 2016 para 2020 o aumento foi de 226%, já que nas eleições de 2016 foram 89 candidaturas LGBTQIA+ mapeadas, com 8 dessas eleitas, enquanto nas eleições de 2020 foram 294 candidaturas mapeadas, com 30 dessas eleitas. De 2018 para 2022 o aumento foi de 47%, pois em 2018 foram 53 candidaturas mapeadas, já em 2022, foram 79 candidaturas trans mapeadas, com 5 dessas eleitas.

Nota-se, portanto, um crescimento da representatividade LGBTQIA+ na política. Em 2022, segundo o levantamento da VOTELGBT, LGBTQIA+ representaram 1% das candidaturas aptas registradas, recebendo cerca de 5% dos votos dos estados onde concorreram. Nas últimas eleições, portanto, foram mais de 3,5 milhões de votos em candidaturas LGBTQIA+, contra 450.854 nas eleições de 2020, de acordo com levantamento da Aliança Nacional LGBTI+.

Outros dois elementos importantes que também dizem respeito à LGBTQIA+ na política são a tramitação de projetos de lei contra direitos LGBTQIA+ e o uso do nome social, tanto por candidatos quanto por eleitores. De acordo com levantamento realizado pela Escola Gêneros,¹⁹ em 2021 tramitavam pelo Congresso Nacional ao menos 247 projetos que atacam os direitos LGBTQIA+, sendo 12 no Senado e 245 na Câmara dos Deputados.

Com relação ao uso do nome social, as eleições de 2018 foram as primeiras a garantir o registro das candidaturas de pessoas trans com o nome social²⁰, após dura batalha do movimento LGBTQIA+. A partir desse ano também foi possível incluir o nome social no título de eleitor, elementos esses que influenciam diretamente a participação de pessoas trans na política eleitoral.

3.4 Mulheres na Política Brasileira

De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE por meio do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), em 2021 o número de mulheres no Brasil era

¹⁸ Disponível em: <<https://antrabrasil.org/candidaturas/>>

¹⁹ Disponível em: <<https://escolageneros.com.br/pesquisa-legislativa/resultado-analise-legislativo/>>

²⁰ Disponível em: <<https://antrabrasil.org/eleicoes2018/>>

de 108,7 milhões, contra 103,9 milhões de homens. As mulheres, portanto, representam 51,1% da população brasileira. Segundo dados fornecidos pelo TSE, as mulheres representam 52,65% do eleitorado brasileiro, sendo 82.373 dos 151.454.011 indivíduos aptos a votar nas eleições de 2022, contra 74.044.065 de homens.

Em São Paulo, o maior colégio eleitoral do Brasil, correspondendo à 22,16% do número de votos do país, o número total de votantes é de 34.667.793, sendo as mulheres 18.395.545 e os homens 16.255.921. A faixa etária das eleitoras brasileiras divide-se da seguinte maneira: a maioria das eleitoras encontra-se na faixa etária dos 35 aos 39 anos, seguidas das mulheres entre 40 e 44 anos e, logo depois, as mulheres entre 25 e 29 anos.

Diferentemente do que ocorre com a população LGBTQIA+, existem dados oficiais referentes ao número de mulheres participantes das eleições, tanto como eleitoras quanto como candidatas, já que o TSE registra essa informação. Dessa maneira, os dados utilizados nessa pesquisa são disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e mais precisos do que aqueles que dizem respeito à população LGBTQIA+.

Embora sejam maioria na população brasileira, a representatividade das mulheres na política institucional é historicamente baixa em nosso país. Atualmente elas representam 15% da Câmara Federal e 12,4% do Senado. Em 2020, pelo menos 900 municípios brasileiros não elegeram nenhuma vereadora.²¹ De acordo com levantamento realizado pela União Interparlamentar,²² órgão internacional que analisa os Parlamntos ao redor do mundo, em estudo realizado entre 192 países, o Brasil ocupa a 142ª posição no ranking de participação de mulheres na política. O estudo foi realizado com base nas eleições de 1997 a 2018.

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,²³ mesmo em menor número, em 2021 as mulheres lideravam 7 das 25 comissões permanentes da Câmara Federal, contra apenas 3 comissões presididas por mulheres em 2019. Entre as comissões presididas por mulheres estão a Comissão Mista de Orçamento e a Comissão de Constituição e Cidadania. Embora ocupem apenas 15% das cadeiras da Câmara, as mulheres são

²¹ Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2022/03/participacao-das-mulheres-na-politica-do-brasil-e-uma-das-mais-baixas-do-mundo/>>

²² Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=12&year=2022/>>

²³ Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/mulheres-batem-recordes-de-participacao-na-politica-brasileira/>>

responsáveis por 22% dos projetos da área da educação e 25% dos projetos da área da saúde, por exemplo.

De acordo com os dados disponibilizados pelo TSE, nas eleições de 2020, considerando o cenário nacional, tivemos 187 mil candidaturas de mulheres,²⁴ do total de 530.416 candidaturas aptas registradas no TSE, contra aproximadamente 158,5 candidaturas registradas nas eleições de 2016. As mulheres eleitas nas eleições municipais de 2020 foram 9.847, sendo 658 para prefeitura (12,1%) e 9.196 para vereadoras (16%). Nas eleições de 2016 foram 641 mulheres eleitas para prefeitura e 7,8 mil mulheres eleitas para vereadoras.²⁵

Nas eleições municipais de 2020 também foi possível observar uma queda no número de municípios sem representação de mulheres na Câmara de Vereadores. Nas eleições de 2016, eram 1.200 sem qualquer representação feminina, número que passou para 948 nas eleições de 2020. O partido que mais elegeu mulheres nas eleições municipais de 2020 foi o PT, com 589 eleitas, sendo 561 vereadoras e 28 prefeitas.²⁶

No estado de São Paulo, segundo dados do TSE, nas eleições municipais de 2020 foram 30.224 candidaturas de mulheres, do total de 88.519 candidaturas aptas registradas. Foram 1.115 mulheres eleitas no estado em 2020, sendo 60 para prefeitura e 1.055 para vereadoras. O índice de mulheres eleitas nessas eleições foi de 15,40%, com as mulheres representando 15,76% das Câmaras Municipais e 9,69% das prefeituras eleitas. Em 2016, o índice de mulheres eleitas foi de 12,30%, com 65 prefeitas e 855 vereadoras.

No município de São Paulo, foram 13 mulheres eleitas para vereadoras, sendo 2 delas mulheres trans e 4 delas mulheres negras. Dentre elas, a mulher mais votada no Brasil nas eleições de 2020, Erika Hilton. Nas eleições municipais de 2016, 11 mulheres foram eleitas para câmara de vereadores de São Paulo. Logo, percebemos um aumento de 18%.²⁷

Nas eleições de 2022, com base nos dados disponibilizados pelo TSE, foram 9.353 candidaturas de mulheres, do total de 26.507 candidaturas aptas registradas, comparadas a

²⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/mulheres-batem-recordes-de-participacao-na-politica-brasileira/>>

²⁵ Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020/>>

²⁶ Disponível em: <<https://pt.org.br/analise-pt-lidera-ranking-de-mulheres-eleitas-negras-e-jovens-no-campo-progressista-e-segue-ainda-maior-contr-a-ascensao-da-direita/>>

²⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/11/16/camara-de-sp-elege-2-mulheres-a-mais-do-que-em-2016-e-vai-a-13-vereadoras-mulher-mais-votada-e-negra-e-trans.ghtml/>>

9.221 candidaturas de mulheres registradas nas eleições de 2018. As eleitas foram 302, sendo 91 para Deputadas Federais, 195 para Deputadas Estaduais, 2 para o Governo e 4 para o Senado.²⁸ Nas eleições de 2018 foram eleitas 77 mulheres para Deputadas Federais, 163 para Deputadas Estaduais, 1 para o Governo e 6 para o Senado. Os partidos que mais elegeram mulheres nas eleições de 2022 foram o PT e o PL.²⁹

No estado de São Paulo foram 2.062 candidaturas de mulheres, do total de 3.325 candidaturas aptas registradas no TSE. Dessas candidaturas, segundo o TSE, 677 eram para Deputada Estadual, 1 para o governo e apenas 2 para o senado. Foram mulheres 39 eleitas no estado em 2022, 14 para Deputadas Federais e 25 para Deputadas Estaduais.

Nota-se, portanto, que embora existam avanços na participação política das mulheres em nosso país, ainda temos um longo caminho para percorrer. Em 2022 completam-se 90 anos da primeira lei que permitia o voto feminino. Em 1932, estavam autorizadas ao voto as mulheres casadas, com autorização do marido, ou solteiras com renda própria. O voto universal foi conquistado apenas em 1985.³⁰

Existem algumas políticas afirmativas que visam aumentar a paridade de gênero na política, como por exemplo a Lei nº 9.100/1995, que estabelece que ao menos 20% das vagas de cada partido ou coligação sejam preenchidas por candidaturas de mulheres. Esse percentual foi elevado para 30% pela Lei nº 12.034/2009. A Lei nº 13.165, de 2015, por sua vez dispõe que ao menos 5% dos recursos do fundo partidário devem ser aplicados na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

A Lei nº 13.165 também determina que pelo menos 10% dos programas e inserções em cadeia nacional da propaganda partidária gratuita, no rádio e na televisão, sejam dedicados as mulheres a cada semestre. Ainda sim, essas medidas estão longe de resolver por completo o problema. Medidas como a atribuição de cotas na aplicação dos recursos do Fundo Partidário, cotas nos diretórios nacionais, estaduais e municipais dos partidos, substituindo as cotas de candidaturas por cotas de representação, também se revelam necessárias.

²⁸ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-aumentam-representacao-na-camara-mas-representatividade-ainda-e-baixa/>>

²⁹ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/>>

³⁰ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-aumentam-representacao-na-camara-mas-representatividade-ainda-e-baixa/>>

Uma maior fiscalização e o estabelecimento de punições para os partidos que descumprirem os ditames legais também se mostram indispensáveis. Apenas dessa forma a representação de mulheres na política institucional terá avanços concretos, visando alcançar a paridade de gênero nas diversas esferas do Legislativo e do Executivo.

Outros dois temas pertinentes à participação das mulheres na política institucional brasileira são a violência política de gênero e os projetos que dizem respeito a temas caros as mulheres, como legalização do aborto, maternidade e políticas de combate à violência contra a mulher, por exemplo. A violência política de gênero, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, são atos sistêmicos com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, podendo ser simbólica, psicológica, econômica, sexual ou física. A violência política contra a mulher passou a ser tipificada como crime com a Lei nº 14.192, de 2021. Até agora, considerando apenas o Ministério Público Federal (MPF), foram contabilizados, até dezembro de 2022, 112 denúncias. São 7 casos registrados a cada 30 dias, ³¹que prejudicaram ou agrediram uma mulher eleita no exercício de sua função parlamentar.

Com relação aos projetos caros às mulheres, apenas a representatividade não basta. É necessário também eleger mulheres que estejam comprometidas com a aprovação e implementação de projetos e políticas públicas que visem o combate da violência contra a mulher e a igualdade de gênero.

3.5 Negritude na Política Brasileira

Segundo dados do IBGE, por meio do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), o total de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas em 2022 representa 56,1% da população brasileira. Em 10 anos, o número de pessoas que se autodeclararam pretas cresceu 32%, enquanto o número de autodeclarados pardos cresceu 11%, aumento superior ao

³¹ Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/violencia-politica-de-genero-brasil-registra-sete-casos-a-cada-30-dias/>>

da média geral da população, que é de 7,6% nos últimos 10 anos.³² Ainda sim, esse aumento não está refletido na representatividade dessa população na política institucional.

Com base no relatório de dados “Desigualdades por Cor ou Raça”,³³ divulgado pelo IBGE em 2021, observa-se uma profunda relação entre a desigualdade social e a desigualdade racial no Brasil. Embora representem a maioria da população do país, assim como da força de trabalho (54,9%), apenas 29,9% dessa população ocupa cargos de liderança. A população negra também ocupa a grande maioria dos empregos informais do país e possui rendimento médio mensal consideravelmente menor, sendo de R\$1.608 contra os R\$2.796 da população branca.

No que diz respeito aos índices de violência, a população negra segue sendo a principal vítima no Brasil. Em 2016, segundo a ONU, a cada 23 minutos um jovem negro era assassinado no Brasil.³⁴ Em 2021, o estudo organizado pela Rede de Observatórios da Segurança, chamado “Pele alva: a cor da violência policial”,³⁵ com base em dados obtidos através da Lei de Acesso à Informação, mapeou 2.653 mortes provocadas pela polícia, sendo 82,7% delas de pessoas negras.

Conforme colocado pelo professor Dr. Silvio Almeida, o racismo no Brasil é estrutural. Está tão enraizado na sociedade que, para além das violências diretas sofridas por pessoas negras e indígenas, constitui um padrão inconsciente de perpetuação das desigualdades e discriminação. O racismo é, portanto, parte central dos elementos que estruturam a sociedade brasileira. Está refletido, dessa maneira, em todas as esferas da sociedade, incluindo a política. A baixa representação de negros e negras na política institucional também passa por esse elemento.

Conforme dados disponibilizados pelo TSE, nas eleições de 2020, considerando o cenário nacional, tivemos 276 mil candidaturas autodeclaradas negras ou pardas, do total de 530.416 candidaturas aptas registradas no TSE, contra 42.524 candidaturas de negros ou pardos registradas nas eleições de 2016. Em 2020, candidatos autodeclarados negros ou

³² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/07/ibge-populacao-autodeclarada-preta-cresce-324percent-no-brasil-em-10-anos.ghtml>>

³³ Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>>

³⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>>

³⁵ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/um-negro-e-morto-pela-policia-a-cada-quatro-horas-aponta-levantamento/>>

pardos foram a maioria do pleito pela primeira vez na história, totalizando 49,9%.³⁶ Em 2020 foram eleitos para prefeitura 1,7 mil autodeclarados negros, o que representa 32% do total de eleitos, número superior aos 29% registrados nas eleições de 2016.

Com relação às câmaras municipais, segundo levantamento da Agência Senado com base em dados divulgados pelo TSE, autodeclarados negros e representavam 44% das cadeiras das capitais brasileiras, número mais alto que os 42% registrados em 2016. O partido com maior número de candidaturas não brancas nas eleições de 2020 foi a Unidade Popular (UP)⁴¹ com 30,8% de candidaturas autodeclaradas pardas e 39,1% de candidaturas autodeclaradas negras.

Na cidade de São Paulo, foram eleitos 11 autodeclarados negros ou pardos para Câmara de Vereadores, sendo 7 negros e 4 pardos.³⁷ Dentre os eleitos, Erika Hilton. O número de negros e pardos representa 20% das cadeiras da câmara. Nas eleições municipais de 2016, 10 negros ou pardos foram eleitos para câmara de vereadores de São Paulo, sendo 8 autodeclarados pardos e 2 autodeclarados negros.

Em 2022, pretos e pardos somavam 49,49% das candidaturas totais, contra 46,5% nas eleições de 2018.³⁸ As candidaturas eleitas foram 523, sendo 135 para Deputados Federais, 376 para Deputados Estaduais, 6 para o Governo e 6 para o Senado. Nas eleições de 2018 as candidaturas eleitas foram 125 para Deputados Federais, 295 para Deputados Estaduais e 14 para o Senado, de acordo com dados do TSE. O partido que mais elegeu autodeclarados pretos ou pardos nas eleições de 2022 foi o PL, que também elegeu a maior bancada do Congresso Federal³⁹.

Existem avanços muito importantes no que diz respeito à representatividade negra e parda na participação política em nosso país. O TSE coleta dados referentes à autoidentificação dos candidatos no que diz respeito a cor ou raça apenas desde as eleições de

³⁶ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/18/brasil-tem-mais-negros-eleitos-mas-sub-representacao-permanece/>>

³⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/09/28/proporcao-de-candidatos-negros-nas-eleicoes-de-2020-e-a-maior-ja-registrada-pela-1a-vez-brancos-nao-sao-maioria.ghtml/>>

³⁸ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/911743-numero-de-deputados-pretos-e-pardos-aumenta-894-mas-e-menor-que-o-esperado/>>

³⁹ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/911504-pl-desponta-como-maior-bancada-da-camara-seguido-pela-federacao-liderada-pelo-pt/>>

2014.⁴⁰ Dessa forma, a produção de dados nesse sentido é bastante recente no nosso país. Ainda sim, observa-se um aumento considerável do número de candidaturas não brancas e dos pretos e pardos eleitos nas últimas eleições.

Nos outros poderes da república, a representatividade também é baixa. Segundo a Agência Senado, no Supremo Tribunal Federal (STF), entre os 11 ministros da corte não há nenhum negro. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), dos 33 ministros, há apenas 1 negro, o ministro Benedito Gonçalves. Observa-se um forte padrão de baixa representatividade étnico-racial e de gênero nas instituições brasileiras, que reflete o racismo estrutural de nossa sociedade.

No que diz respeito às ações afirmativas que buscam aumentar a representatividade de pretos e pardos na política, podemos citar a PEC 28/2021, que institucionaliza incentivos para que os partidos viabilizem a candidatura de negros e mulheres. O projeto do Novo Código Eleitoral, por sua vez, coloca em pauta a proporção racial na distribuição do fundo eleitoral e também do tempo de rádio e TV entre os candidatos dos partidos. Medidas como essa são um primeiro passo para uma maior reparação histórica na participação de negros e pardos na política. Também faz-se necessária uma maior fiscalização para que os partidos cumpram com as medidas estipuladas de fato.

3.6 Erika Hilton

Erika Santos Silva, mais conhecida como Erika Hilton, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi eleita Vereadora pela cidade de São Paulo nas eleições municipais de 2020 com 50.508 votos de acordo com os registros do TSE, tornando-se a mulher mais votada do Brasil naquelas eleições. Nas eleições de 2022, Erika Hilton foi eleita Deputada Federal com 118.907 votos, a 9ª candidatura mais votada no estado de SP.

Mulher, negra e travestigênera, fez história ao tornar-se a primeira mulher trans eleita para a Câmara Municipal paulistana (2020) e a primeira mulher trans eleita pelo estado de SP ao Congresso Nacional (2022). Ativista dos direitos humanos, seu mandato pauta,

⁴⁰ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/18/brasil-tem-mais-negros-eleitos-mas-sub-representacao-permanece/>>

principalmente, iniciativas que visam a equidade para a população negra, LGBTQIA+, jovem e periférica.

Durante seu mandato de Vereadora, apresentou 154 projetos de lei⁴¹, dentre os quais estão homenagens a mulheres trans paulistanas, a criação do fundo municipal de combate à fome e outras iniciativas que visam a conscientização sobre o combate à violência contra mulheres, negros e LGBTQIA+. Eleita uma das 100 mulheres mais inspiradoras do mundo em 2022 pela BBC,⁴² Erika Hilton nasceu na cidade de Franco da Rocha, em São Paulo, e cresceu na periferia de Francisco Morato, na região metropolitana de SP.

4. ANÁLISE GEOGRÁFICA DA VOTAÇÃO DE ERIKA HILTON

4.1 O Contexto Social de Vizinhança

Conforme colocado anteriormente, não existem respostas fáceis para a pergunta proposta nesta pesquisa. Os critérios de análise estabelecidos (classe, raça, gênero, sexualidade e idade) combinam-se entre si e misturam-se a fatores conjunturais, como, por exemplo, a pandemia e a eleição de candidaturas progressistas observada no último período. Segundo o autor Aleksei Zolnerkevic (2018), é possível prever a decisão de voto de uma pessoa com base no contexto social no qual ela está inserida. As pessoas, então, também seriam fruto do contexto social no qual vivem e onde praticam sua vida social.

A resposta dos indivíduos aos movimentos políticos relaciona-se, portanto, com a realidade e o contexto social dos lugares onde estes vivem atualmente ou viveram ao longo da vida, não ocorrendo de maneira uniforme no espaço. Os lugares e regiões são passíveis da transformação por meio da ação humana, e dessa forma podem por ela ser modificados e estão, então, em um constante processo de transformação. Embora cada indivíduo possua sua própria história e contexto social, é possível traçar padrões com base na região ou distrito no

⁴¹ Disponível em: <<https://www.erikahilton.com.br/tag/projeto-de-lei-aprovado/>>

⁴² Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-75af095e-21f7-41b0-9c5f-a96a5e0615c1/>>

qual ele vive, já que esses distritos também apresentam características próprias de indicadores sociais.

Segundo Zolnerkevic (2018), é natural que em momentos de crise, como a que enfrentamos atualmente no Brasil, por exemplo, seja social, política ou econômica, o interesse das pessoas esteja voltado para problemas próprios dos locais onde vivem. Dessa forma, a compreensão do comportamento eleitoral não pode ser feita com base em generalizações que desconsiderem o contexto social do eleitor. O evidenciamento dos interesses seccionais não permite categorizações sociológicas simplistas. As causas das ações políticas, segundo o autor, seriam organizadas geosociologicamente.

Essas variações no apoio eleitoral, observadas em uma mesma região, influenciadas pelo contexto social (lugar, vizinhança, redes sociais virtuais, dentre outros), são chamadas pelo autor de “efeitos contextuais”. No limite, o que buscamos é compreender de que maneira a distribuição das pessoas, a composição social dos bairros e o fluxo de informações políticas circulando naquele espaço se relacionam com o comportamento eleitoral dos indivíduos. Compreender as particularidades de cada lugar, como características socioeconômicas e outras variáveis sociais como os critérios de análise estabelecidos para esta pesquisa, é fundamental.

Ainda segundo Aleksei Zolnerkevic (2018), os efeitos contextuais podem ser categorizados em dois tipos diferentes. O primeiro deles é conhecido como “de Amigos e Vizinhos”, no qual determinado candidato recebe mais votos do que era esperado na região onde nasceu ou na qual reside. Esse efeito relaciona-se com os candidatos “de reduto”, categorizados por Avelino, Phillips e enquanto aqueles cuja atuação está fortemente ligada a determinada região da cidade. Tal fenômeno explica-se, em partes, pela facilidade de um candidato angariar eleitores em um lugar onde já é conhecido e tem maior acesso às redes de comunicação política.

Para além disso, em ocasiões nas quais existem muitas similaridades entre os perfis de candidato na disputa, ou até mesmo menor aprofundamento sobre os assuntos debatidos na eleição, é natural que o eleitor vote em um candidato da sua região, por conta de um pensamento mais “localista”, segundo o autor. Seria essa uma escolha baseada na fidelidade do eleitor ao lugar, partindo também de um sentimento de pertencimento ao mesmo. As divisões políticas ficariam, portanto, em segundo plano nesses casos.

O segundo efeito contextual é conhecido como “de Vizinhança”, e se baseia nas interações sociais dos indivíduos ocorridas no lugar onde vivem. Essas interações reforçam informações que contribuem ou para reforçar predisposições políticas do indivíduo, em casos nos quais essas predisposições estão de acordo com a maioria, ou alterar essas predisposições, nos casos em que essas estão em desacordo com a maioria, com base em uma pressão social considerável.

Pessoas com as mesmas características sociais, que avaliam de uma forma semelhante a situação política e a situação econômica atual acabam votando em candidaturas parecidas. A decisão de voto de um indivíduo, todavia, não parte de uma opinião isolada. Isto é, pessoas que moram nos mesmos bairros, frequentam determinados locais de trabalho, clubes, áreas de lazer, informam-se por meio das mídias de massa e das redes de comunicação política determinadas tendem a votar parecido.

Inicialmente, segundo Zolnerkevic (2018), os primeiros estudiosos do comportamento eleitoral acreditavam que características individuais como classe social e religião, por exemplo, eram reforçadas pela interação com determinados contextos sociais. Vem dessa ideia o conceito de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948) de que uma pessoa pensa politicamente como ela é socialmente.

De acordo com o autor, por meio de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo no ano de 2016, foi possível encontrar evidências da percepção de um indivíduo sobre as opiniões políticas no contexto social no qual este está inserido, e como tal percepção relaciona-se com o contexto social de vizinhança. Aqui, entende-se vizinhança enquanto o local geográfico compartilhado por grupo de residentes. Contexto social de vizinhança seria, então, a composição social das pessoas que vivem nessa vizinhança.

Por fim, a causalidade que relaciona as escolhas político- eleitorais e o território é pautada por uma série de elementos, como os critérios estabelecidos para análise nessa pesquisa e muitos outros, dentre elementos socioeconômicos, culturais e políticos identificados nos lugares onde as pessoas vivem e são socializadas.

4.2 Município de São Paulo

A cidade de São Paulo é profundamente desigual. Dividida entre “Bélgicas e Haitis”, como colocado por Rolnik (2019), é muito pouco homogênea, tendo seus contrastes analisados por diversos estudos desde a década de 70. Tais estudos buscam, mais do que compreender a dinâmica das desigualdades, estruturar políticas públicas que diminuam o abismo social. Ainda segundo Rolnik (2019), diferença e desigualdade são conceitos distintos.

O objetivo segundo a autora, portanto, não deve ser homogeneizar a cidade adotando um modelo hegemônico acriticamente, mas sim elaborar um verdadeiro projeto de transformação territorial, no qual as periferias da cidade também contribuam com ideias. A periferia, por sua vez, não é um “modelo daquilo que falta”, mas sim parte ativa da transformação social das cidades.

Classe, raça, gênero, sexualidade e idade, recortes estabelecidos para essa pesquisa, também são marcadores sociais importantes na cidade de São Paulo. Com base nos dados divulgados em 2022 pela fundação SEADE, a população de São Paulo é de 11.960.216 habitantes, com densidade demográfica de 7.862,9.

A Rede Nossa São Paulo, organização da sociedade civil que atua no combate à desigualdade e promoção dos direitos humanos, produz anualmente relatórios de dados com diferentes indicadores. Segundo o levantamento realizado em 2021,⁴³ indicadores como o número de mulheres vítimas de violência, número de pessoas vítimas de injúrias raciais e racismo e a média salarial nominal, por exemplo, pioraram. Todos os dados apontados nos próximos parágrafos foram retirados desse mesmo relatório.

Tomando como base os dados publicados pela RAIS, (Relação Anual de Informações Sociais) é possível obter uma noção mais total da desigualdade de classe na cidade de São Paulo. Esse relatório, publicado anualmente desde 1975, considera, entre outros elementos, informações sobre o empregador e vagas de emprego formais em cada região. Com R\$7.620, São Domingos é o distrito da cidade com a remuneração média mensal mais alta, e Cidade

⁴³ Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Mapas.pdf>

Lider, com R\$1.990, possui a remuneração mensal mais baixa. Esse cálculo, todavia, considera apenas empregos formais.

De acordo com dados do IBGE, a porcentagem da população preta e parda do município de São Paulo é de 37%. O distrito com o menor índice de população preta e parda é Moema, com 5,8%. Já o distrito com a maior concentração de população preta e parda é o Jardim Ângela, com 60,1%. A população de pretos e pardos da cidade de São Paulo está concentrada, em sua grande maioria, na periferia da cidade e o IBGE utiliza a autodeclaração dos entrevistados para determinar esse índice.

A porcentagem da população feminina na cidade de São Paulo, com base em dados divulgados em 2021 pela fundação SEADE, é de 52,4%. O distrito com a menor porcentagem de mulheres é Marsilac, com 49,5%. O distrito com maior concentração de população feminina é Santana, com 55,3%. Em geral, a distribuição da população feminina pelo território da cidade de São Paulo é bastante homogênea.

A produção de dados referentes à população LGBTQIA+ no nosso país é bastante frágil, sendo difícil obter informações precisas sobre esse recorte. Os dados obtidos pelo IBGE no censo de 2022 ainda estão sendo divulgados, e baseiam-se na autoidentificação do entrevistado. Segundo esses dados, 95% da população brasileira acima dos 18 anos declara-se heterossexual.⁴⁴

Para classificar a população jovem, o IBGE considera a faixa etária de 0 a 29 anos. Em São Paulo, com base nos dados divulgados em 2019 pela fundação SEADE, a média de jovens é de 40,3% da população. O distrito com a menor porcentagem de jovens é a Consolação, com 23%, já o distrito com a maior porcentagem de jovens é Parelheiros, com 50%. A porcentagem de jovens é menor na região central do município.

Conforme colocado por Almeida (2020), nas eleições municipais de 2020, Erika Hilton obteve uma votação considerável em todos os distritos da cidade, embora menos expressiva em regiões do extremo norte, leste e sul. Já Fernando Holiday (Patriotas), por exemplo, embora tenha obtido uma votação significativa em vários distritos da cidade, concentra seus votos em áreas mais nobres da Zona Sul de São Paulo.

⁴⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/95-da-populacao-acima-de-18-anos-se-diz-heterossexual-estima-ibge-pela-1a-vez.shtml/>>

As desigualdades observadas no território da cidade de São Paulo explicam, parcialmente, as diferentes votações obtidas por Erika Hilton nas eleições municipais de 2020. Mesmo com uma votação bastante pulverizada pela capital paulista, como é típico de candidatos classificados como “de opinião”, conforme colocado por Avelino, Phillips e Ramos (2020), salta aos olhos que a hoje Deputada Federal eleita tenha sido mais votada no distrito de Bela Vista, na região central da cidade, e menos votada no distrito de Guaianases, na periferia de São Paulo.

4.2.1 Bela Vista

A Bela Vista é um distrito localizado na região central do município de São Paulo, abrigando um dos cartões postais da cidade, a Avenida Paulista. Com base no relatório produzido pela Rede Nossa São Paulo em 2021, o bairro tem uma população de 72.235 habitantes. A porcentagem de pretos e pardos é de 21,6%, e a de mulheres 52,2%. Já o percentual de jovens na região é de 27,3%. Os demais dados aqui apresentados também foram retirados desse relatório.

É um bairro de contrastes, já que engloba tanto as regiões do Bixiga quanto a do Morro dos Ingleses e Avenida Paulista. Ainda sim, a remuneração mensal média do emprego formal é alta: R\$4.680. A oferta de emprego formal também é uma das mais altas da cidade de São Paulo, sendo de 23,4 quando considerada a quantidade de vagas de emprego disponíveis divididas pela população do distrito.

A Bela Vista também conta com outros atrativos, sendo uma região conhecida por concentrar uma série de atrações culturais da cidade, como teatros, parques, shoppings, museus (incluindo o Museu de Arte de São Paulo), para além de faculdades e escolas, contando com uma excelente infraestrutura.

O índice de acesso à transporte de massa, isto é, a porcentagem de pessoas que residem em um raio de até 1 km de estações de transporte público (trem, metrô e monotrilho) no distrito é 54,7%. O percentual de acesso à estrutura ciclovária no distrito também é 54%. Já o percentual de mortes no trânsito é um dos mais baixos de São Paulo, com índice 1,4. O

índice de equipamentos culturais disponíveis no distrito, calculado com base na quantidade de equipamentos públicos para cada 100 mil habitantes, é 1,4 na região. O índice de equipamentos culturais públicos com Wi-Fi, por sua vez, é 0,1.

Com relação aos indicadores referentes à educação, é interessante considerarmos o tempo médio de atendimento para vaga em creche, que na Bela Vista é de 27 dias. O índice do nível socioeconômico nas escolas, que classifica questões referentes à renda familiar e é usado para identificar a vulnerabilidade da escola, é outro elemento que precisa ser levado em conta. Na Bela Vista, esse índice é 4,86. O indicador do abandono escolar, isto é, a porcentagem de alunos que abandonaram a escola durante o Ensino Fundamental, é 0.

Nos indicadores referentes à saúde, é importante considerar a idade média ao morrer, que na Bela Vista é 74,1 anos. Também destacamos o indicador de mortalidade por COVID-19, calculado com base na proporção dos óbitos por COVID-19 em relação ao total de óbitos do distrito, que na Bela Vista é 16,1%. Por fim, o indicador de mortalidade infantil é outro que precisa ser observado. Ele é calculado com base no coeficiente de óbitos de crianças menores de um ano para cada mil crianças nascidas vivas. Na Bela Vista, esse índice é 9,42.

Com relação aos indicadores de violência, que estão diretamente relacionados aos recortes estabelecidos para essa pesquisa, cabe destacar o índice de violência contra a mulher, calculado com base no coeficiente de mulheres vítimas de violência para cada 10 mil mulheres de 20 a 59 anos residentes no distrito. Na Bela Vista, esse índice é 257,8. Nos casos de feminicídio, o índice do distrito é 0.

Nos casos de violência LGBTQIA+, considera-se o coeficiente de violências LGBTQIAfóbicas sofridas para cada 100 mil habitantes do distrito. O índice da Bela Vista é 9,56. Já o índice de homicídio de jovens, que leva em conta o coeficiente de mortalidade de jovens por homicídio e intervenção legal para cada 100 mil pessoas de 15 a 29 anos por distrito, é 11 na Bela Vista.

Por fim, o índice de violência racial, calculado com base no coeficiente de pessoas vítimas de racismo e injúria racial para cada 10 mil habitantes, por distrito, na Bela Vista é 4,51. O índice de agressões por intervenção policial, calculado com base no coeficiente de agressões decorrentes de intervenção policial registradas nas unidades de saúde para cada 100 mil habitantes, por distrito, é de 0,91 na Bela Vista. No caso das mortes por intervenção

policial, que considera o coeficiente de casos registrados em boletins de ocorrência na categoria “mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP)” para cada 100 mil habitantes, por distrito, é 0,46 na Bela Vista.

Na zona eleitoral da Bela Vista, 1ª zona eleitoral, Erika Hilton obteve 2.477 votos nominais nas eleições municipais de 2020, sendo essa a zona eleitoral na qual a candidata obteve mais votos segundo dados oficiais do TSE. Nas eleições de 2022, quando Erika Hilton concorreu para o cargo de Deputada Federal, ela obteve 6.350 votos válidos no mesmo distrito.

4.2.2 Guaianases

O distrito de Guaianases localiza-se na zona leste do município de São Paulo e tem sua origem em aldeamentos indígenas. Com base no relatório produzido pela Rede Nossa São Paulo em 2021, o bairro tem uma população de 109.730 habitantes. A porcentagem de pretos e pardos é de 51,5%, e a de mulheres 51,6%. Já o percentual de jovens na região é de 47,2%. Os demais dados aqui apresentados também foram retirados desse relatório.

O distrito já foi considerado um dos bairros mais vulneráveis do município de São Paulo pelo mapeamento das regiões mais vulneráveis da capital do CEM (Centro de Estudos da Metrópole) da USP em 2003.⁴⁵ Atualmente, a remuneração mensal média do emprego formal na região é de R\$2.810. A oferta de emprego formal, por sua vez, é uma das mais baixas do município, sendo de 1 se dividirmos a quantidade de vagas de emprego disponíveis pela população do distrito.

O índice de acesso à transporte de massa, isto é, a porcentagem de pessoas que residem em um raio de até 1 km de estações de transporte público (trem, metrô e monotrilho) no distrito é 6,9%. O percentual de acesso à estrutura ciclovitária no distrito é 0. A quantidade de mortes no trânsito é 7,3, sendo esse um índice considerado mediano. O índice de equipamentos culturais disponíveis no distrito, calculado com base na quantidade de

⁴⁵ Disponível em: <<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/downloads-de-dados/mapa-da-vulnerabilidade-social/>>

equipamentos públicos para cada 100 mil habitantes, é 1,8 na região. Já o índice de equipamentos culturais públicos com Wi-Fi é 0,1.

Com relação aos indicadores referentes à educação, é interessante considerarmos o tempo de espera para vaga em creche, que em Guaianases é de 17 dias, o segundo menor da capital. O índice do nível socioeconômico nas escolas, que classifica questões referentes à renda familiar e é usado para identificar a vulnerabilidade da escola, é outro elemento que precisa ser considerado. Em Guaianases, esse índice é 7,9. O indicador do abandono escolar, a porcentagem de alunos que abandonaram a escola no Ensino Fundamental, é 0,03 no distrito.

Nos indicadores referentes à saúde, destacamos o indicador da idade média ao morrer, que em Guaianases é 62,9 anos. Também apontamos o indicador de mortalidade por COVID-19, calculado pela proporção dos óbitos por COVID-19 em relação ao total de óbitos do distrito, que é 19,3%. Por fim, o indicador de mortalidade infantil é outro elemento que precisa ser observado. Ele é calculado com base no coeficiente de óbitos de crianças menores de um ano para cada mil crianças nascidas vivas. Em Guaianases, esse índice é 11,76.

Com relação aos indicadores de violência, que estão diretamente relacionados aos recortes estabelecidos para essa pesquisa, cabe destacar o índice de violência contra a mulher, calculado com base no coeficiente de mulheres vítimas de violência para cada 10 mil mulheres de 20 a 59 anos residentes no distrito. Em Guaianases, esse índice é 315,7. Nos casos de feminicídio, o índice no distrito é 9,55, o mais alto da capital.

Nos casos de violência LGBTQIA+, o índice é calculado com base no coeficiente de violências LGBTQIAfóbicas registradas para cada 100 mil habitantes do distrito. O índice de Guaianases é 4,56. Já o índice de homicídio de jovens, que considera o coeficiente de mortalidade de jovens por homicídio e intervenção legal para cada 100 mil pessoas de 15 a 29 anos por distrito, é 7,2.

No que diz respeito a violência racial, que é calculada com base no coeficiente de pessoas vítimas de racismo e injúria racial para cada 10 mil habitantes, por distrito, o índice de Guaianases é 1,09. Já o índice de agressões por intervenção policial, calculado com base no coeficiente de agressões decorrentes de intervenção policial registradas nas unidades de saúde para cada 100 mil habitantes, é 0,92 no distrito. As mortes por intervenção policial, que consideram o coeficiente de casos registrados em boletins de ocorrência na categoria “mortes

decorrentes de intervenção policial (MDIP)” para cada 100 mil habitantes, por distrito, é 4,89 em Guaianases, um índice bastante alto.

Na zona eleitoral de Guaianases, 353ª zona eleitoral, Erika Hilton obteve 487 votos nominais nas eleições municipais de 2020, sendo essa a zona eleitoral na qual a candidata obteve o menor número de votos segundo dados oficiais do TSE. Nas eleições de 2022, nas quais Erika Hilton concorreu para o cargo de Deputada Federal, a candidata não obteve votos válidos no mesmo distrito.

4.3 Eleições e a Pandemia

A pandemia da COVID- 19 alterou profundamente a realidade em que vivemos, paralisando as principais cidades e economias do mundo. A situação sanitária evidenciou inúmeras contradições sociais, aumentando exponencialmente o desemprego, a desigualdade e a fome por todo planeta. Segundo a Oxfam⁴⁶, a fortuna dos 73 maiores bilionários da América Latina cresceu em US\$ 48,2 bilhões durante esse período. Ao mesmo tempo, aponta-se redução de 12,1% do total da renda do trabalho no continente. Dados da FAO⁴⁷ mostram que o número de famintos pelo planeta pode dobrar. A crise econômica favorece a precarização e a flexibilização de direitos trabalhistas.

No Brasil, foram 692 mil mortes por COVID- 19, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde. As eleições de 2020 foram, portanto, profundamente marcadas por esse elemento. Bastante imprevisíveis, essas eleições refletem também o impacto da grave crise econômica e social que o país enfrenta, com as condições materiais de vida piorando de maneira sensível para a maioria da população.

Numa eleição multipolar, na qual observa-se grande disputa entre o campo progressista e o bolsonarismo, percebem-se características inéditas, como um período de

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortuna-em-us-482-bilhoes-durante-a-pandemia-enquanto-maioria-da-populacao-perdeu-emprego-e-renda/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20relat%C3%B3rio%2C%2073,todos%20os%20pa%C3%ADses%20da%20regi%C3%A3o/>>>

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo/>>>

campanha bem mais curto, eleições adiadas por conta da pandemia, e abstenção recorde. A maneira de se fazer campanha também sofreu profundas alterações. As limitações sanitárias impostas pelo COVID-19 fizeram com que o TSE adotasse medidas de proteção.

O Plano de Segurança Sanitária adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral, elaborado em conjunto com consultores dos hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês, tornou obrigatório o uso de máscaras de proteção em todas as seções eleitorais, para além da distribuição de álcool em gel e viseiras plásticas para os mesários, orientados a trocar a máscara a cada 4 horas. Também estabeleceu-se um horário prioritário para pessoas em grupos de risco (como idosos, por exemplo) e a indicação para que pessoas com sintomas ou positivadas para o vírus permanecessem em casa, podendo justificar a ausência posteriormente.

A maior calamidade pública já enfrentada pelo eleitorado brasileiro também alterou profundamente o formato de campanha política com o qual estamos acostumados. A tradicional campanha “corpo a corpo”, com comícios, abraços, apertos de mão e distribuição de panfletos, por exemplo, estava praticamente descartada. A internet, portanto, tornou-se ainda mais importante para a disputa eleitoral.

A campanha eleitoral digital, que já vinha apresentando um forte crescimento desde as eleições de 2016, favorece candidatos que já usam as redes ou tem profissionais contratados com esse fim. Os candidatos à reeleição também saem na frente nesse formato, pois não precisam se apresentar aos eleitores. 2018 foi o primeiro pleito eleitoral no qual estavam autorizados anúncios pagos nas redes e a tendência, portanto, é uma migração cada vez maior das campanhas para o meio digital.

A abstenção observada nessas eleições, por sua vez, foi a maior registrada nas últimas décadas, sendo de 29,5% segundo informações do TSE.⁴⁸ O índice médio dos últimos pleitos eleitorais era cerca de 21%. Segundo Luís Roberto Barroso, então presidente do TSE, esse índice pode ser explicado pela pandemia, que, até então, havia consumido mais de 170 mil vidas. O medo de contrair a doença e o grande número de pessoas com sintomas ou positivadas para o vírus também são fatores que influenciam esse índice.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/30/especialistas-analisam-abstencao-recorde-nas-eleicoes-de-2020/>>

Ainda de acordo com dados da Agência Senado, grandes capitais atingiram índices muito altos de abstenção. É o caso, por exemplo, de São Paulo, com 30,8%, Rio de Janeiro, com 35,4% e Porto Alegre, com 32,8%. Em muitos dos casos, o número de abstenções, quando somado ao de votos nulos, supera a votação do vencedor do pleito. Embora o COVID- 19 explique parte do problema, existem outros fatores que precisam ser considerados para justificar esses índices. Dentre eles estão o modelo eleitoral adotado e a reação do eleitorado a ele, o curto tempo de campanha eleitoral e redução do tempo de exposição no rádio e na TV, por conta do alto número de candidaturas, são alguns deles.

Por fim, cabe ressaltar que, embora a COVID- 19 marque profundamente as eleições de 2020, essas eleições não foram exatamente pautadas pela pandemia, e medidas de enfrentamento à pandemia não estavam no centro de grande parte dos debates e programas de governo. Ainda sim, o resultado dessas eleições também definiu a gestão de serviços e recursos públicos da área da saúde das cidades.

4.4 Análise Geográfica de Votos

4.4.1 Votação de Erika Hilton

ABRANGÊNCIA	VOTOS	VOTOS
	2020	2022
Bela Vista	2.477	6.350
Guaianases	487	0
Votos totais	50.508	118.907

4.4.2 LGBTQIA+ na política

Eleições de 2020 – Brasil

CARGO	ELEITOS
Vereador	80
Prefeito	32
Total:	112

Eleições de 2022 - Brasil

CARGO	ELEITOS
Governador	1
Senador	0
Deputado Federal	4
Deputado Estadual	14
Total:	19

Eleições de 2020 – Cidade de São Paulo

CARGO	ELEITOS
Vereador	6
Prefeito	0
Total:	6

Eleições de 2022 – Estado de São Paulo

CARGO	ELEITOS
Governador	0
Senador	0
Deputado Federal	1
Deputado Estadual	6
Total:	7

Representatividade Trans

ANO	CANDIDATURAS	ELEITES
2020	294	30
2022	79	5

4.4.3 Mulheres na política

Eleições de 2020 - Brasil

CARGO	ELEITAS
Vereadora	9.196
Prefeita	658
Total:	9.847

Eleições de 2022 - Brasil

CARGO	ELEITAS
Governadora	2
Senadora	4
Deputada Federal	91
Deputada Estadual	195
Total:	302

Eleições de 2020 – Cidade de São Paulo

CARGO	ELEITAS
Vereadora	13
Prefeita	0
Total:	13

Eleições de 2022 – Estado de São Paulo

CARGO	ELEITAS
Governadora	0
Senadora	0
Deputada Federal	14
Deputada Estadual	25
Total:	39

4.4.4 Negritude na política

Eleições de 2020 - Brasil

CARGO	ELEITOS
Vereador	34.622
Prefeito	1.700
Total:	36.322

Eleições de 2022 - Brasil

CARGO	ELEITOS
Governador	6
Senador	6
Deputado Federal	135
Deputado Estadual	376
Total:	523

Eleições de 2020 – Cidade de São Paulo

CARGO	ELEITOS
Vereador	11
Prefeito	0
Total:	11

Eleições de 2022 – Estado de São Paulo

CARGO	ELEITOS
Governador	0
Senador	0
Deputado Federal	8
Deputado Estadual	18
Total:	26

4.4.5 Indicadores territoriais⁴⁹

INDICADOR	BELA VISTA	GUAIANASES	SÃO PAULO
População	73.235	109.730	11.960.216
Pretos e Pardos (%)	21,6%	51,5%	37%
Mulheres (%)	52,2%	51,6%	52,4%
Jovens (%)	27,3%	47,2%	40,3%
Remuneração mensal média	R\$4.680,00	R\$2.810,00	R\$4.267,00
Oferta de emprego formal	23,4	1,0	5,0
Acesso a transporte de massa	54,7	6,9	18,1
Acesso à estrutura cicloviária	54,0	41,0	0
Mortes no trânsito	1,4	7,3	6,2
Equipamentos culturais	1,4	1,8	2
Equipamentos culturais públicos com Wi-Fi	0,1	0,1	0,10
Tempo médio para vaga em creche (em dias)	27	17	68
Nível socioeconômico	4,86	5,09	5,1

⁴⁹ Todos os dados presentes nesta tabela foram retirados do relatório “Mapa da Desigualdade – 2021”, da Rede Nossa São Paulo. Essa tabela foi pensada para fins comparativos, a explicação do cálculo de cada índice já foi abordada nos capítulos referentes as regiões de Bela Vista e Guaianases.

nas escolas			
Abandono escolar (%)	0	0,03%	0,04%
Idade média ao morrer (em anos)	74,1	62,9	68,2
Mortalidade por COVID-19 (%)	16,1%	19,3%	18,3%
Mortalidade infantil	9,42	11,76	9,9
Violência contra a mulher	257,8	315,7	227,4
Casos de feminicídio	0	9,55	0,4
Violência LGBTQIA+	9,56	4,56	1,9
Homicídio de jovens	11,0	7,2	16,5
Violência racial	4,51	1,09	1,66
Agressões por intervenção policial	0,91	0,92	0,7
Mortes por intervenção policial	0,46	4,89	2,5

5. CONCLUSÃO

Essa pesquisa foi instigada pelos “porquês”. Por buscar enxergar além dos números frios sistematizados em mapas e tabelas. Estes, ainda sim, serviram enquanto ferramenta para apontar os padrões entre os critérios estabelecidos para análise e como os mesmos se relacionavam com o comportamento eleitoral da população, que depositou em Erika Hilton mais de 50.000 votos nas eleições municipais de 2020. Compreender a causalidade por trás das relações entre as variáveis socioeconômicas, identitárias e as circunscrições geográficas estabelecidas não é tarefa fácil.

Quando comecei a escrever essa pesquisa, Erika Hilton era vereadora pelo município de São Paulo, eleita com 50.508 votos, de acordo com os registros do TSE, nas eleições municipais de 2020, a mulher mais votada daquele pleito. Terminei esse texto no dia da diplomação de Erika Hilton para Deputada Federal, cargo para o qual foi eleita com 118.907 votos nas eleições de 2022. Muita coisa mudou desde o começo dessa pesquisa. Uma série de avanços, muitos outros retrocessos também.

Erika Hilton é fruto de nosso tempo, e somente assim é possível compreender sua votação estrondosa nas eleições de 2020, contrariando todas as estatísticas. Foi eleita, portanto, por uma somatória de fatores combinados, todos com seu devido grau de importância. Dentre eles, o crescimento do campo progressista em resposta ao fenômeno conservador, o aumento de LGBTQIA+, mulheres e negros na política observado nos últimos anos e a influência das redes sociais durante a campanha eleitoral ocorrida durante a pandemia de COVID- 19.

Erika também carrega Marielle consigo. No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco, então vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL, mesmo partido de Erika Hilton, e Anderson Gomes, seu motorista, foram assassinados. Hoje, 4 anos depois, ainda não temos respostas sobre o mandante do crime. Ainda sim, não conseguiram calar sua voz. Marielle virou símbolo, no Brasil e no mundo, estimulando a eleição de inúmeras parlamentares alinhadas ao seu programa nas eleições seguintes. Marielle vive naqueles que não se calam contra as injustiças do mundo.

O planejamento das campanhas eleitorais baseado em dados geograficamente orientados já é uma realidade. As estratégias eleitorais dos partidos são muito beneficiadas por essas informações, já que elas determinam demandas geográficas da população e contribuem para um melhor aproveitamento e maior direcionamento da campanha eleitoral. A academia, por sua vez, contribui para analisar e compreender a dinâmica geo- sociológica do comportamento eleitoral, e qual seria a melhor e mais ética maneira de fazer uso dessas informações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? **Portal Geledés**. São Paulo, 05/10/2016. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-e-racismo-estrutural-silvio-almeida/?gclid=EAIaIQobChMIwsmT9b_v-wIVC9ORCh0WrAsKEAAYAiAAEgI1B_D_BwE. Acesso em: 18/12/2022.
2. AVELINO, George; PHILLIPS, Jonathan; RAMOS, Frederico. Voto a voto: a geografia do voto. **CEPESP**, São Paulo, 26 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.cepesp.io/voto-a-voto-a-geografia-do-voto>. Acesso em: 18/12/2022.
3. BRASILINO, Luís. Novas expressões do conservadorismo brasileiro. **Le monde diplomatique Brasil**, 02 de outubro de 2012. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/novas-expressoes-do-conservadorismo-brasileiro>. Acesso em: 18/12/2022.
4. CUNHA, Ricardo Borges da; MARTINS, César Augusto Ávila. Geografia eleitoral: uma revisão e possíveis caminhos. **Revista Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 39, p. 43-56. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/41834>. Acesso em: 18/12/2022.
5. LAZARSELD, Paul F.; BERELSON Bernard; GAUDET, Hazel. **The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign**. New York: Columbia University Press, 1948.
6. ROLNIK, Raquel. O mapa da desigualdade de São Paulo e as lições que vêm das periferias. **Labcidade FAU USP**, São Paulo, 26 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/o-mapa-da-desigualdade-de-sao-paulo-e-as-licoes-que-vem-das-periferias>. Acesso em: 18/12/2022.

7. ROLNIK, Raquel. Uma cidade entre muros: o voto do segundo turno em São Paulo. **Labcidade FAU USP**, São Paulo, 29 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/uma-cidade-entre-muros-o-voto-do-segundo-turno-em-sao-paulo>. Acesso em: 18/12/2022.
8. ZOLNERKEVIC, Aleksei. A influência da geografia no comportamento eleitoral: contexto social de vizinhança. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 110-121, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1839>. Acesso em: 18/12/2022.
9. Eleições 2020. **Antra Brasil**, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>. Acesso em: 18/12/2022.
10. Eleições 2022. **Antra Brasil**, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2022/>. Acesso em: 18/12/2022.
11. Candidaturas. **Antra Brasil**, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/candidaturas/>. Acesso em: 18/12/2022.
12. Candidaturas trans 2018. **Antra Brasil**, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2018/>. Acesso em: 18/12/2022.
13. Boletim Nº 002-2021. **Antra Brasil**, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf> />. Acesso em: 18/12/2022.
14. Central de apuração – Voto com Orgulho. **Aliança LGBTI**. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/voto-com-orgulho-resultados/>. Acesso em: 18/12/2022.
15. Eleições 2022. **VOTELGBT**. Disponível em: <https://votelgbt.org/2022/>>. Acesso em: 18/12/2022.

16. Eleições 2022. **VOTELGBT**. Disponível em: < <https://votelgbt.org/2022/>>. Acesso em: 18/12/2022.
17. Resultados – Análise no Poder Legislativo. **Escola Gêneros**. Disponível em: <<https://escolageneros.com.br/pesquisa-legislativa/resultado-analise-legislativo/>>. Acesso em: 18/12/2022.
18. Mapa da Desigualdade - 2021. **Rede Nossa São Paulo**. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Mapas.pdf>. Acesso em: 18/12/2022.